

Governo pede sacrifício a empresários

Empresários ouvem diagnóstico profundo da crise e o cronograma das reformas. Em troca, pedem que as autoridades cortem despesas

Liana Verdini
Da equipe do **Correio**
Com agências

266

O remédio amargo para tirar o Brasil do meio da crise internacional está assustando o próprio governo. Temeroso da reação da sociedade, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso chamou um pequeno grupo de empresários para um encontro no Palácio da Alvorada na noite de domingo. O grupo de cerca de 15 pessoas ouviu o presidente pedir sacrifícios e apoio às medidas que serão anunciadas entre hoje e amanhã. A resposta foi dada em coro: a sociedade quer ver o governo fazer a sua parte, cortando despesas e reduzindo as taxas de juros.

O presidente está articulando um encontro com os sindicalistas nos mesmos moldes do realizado com os empresários. A reunião poderá acontecer ainda hoje, ou no máximo amanhã, antes da divulgação do conjunto de medidas que permitirão o equilíbrio das contas públicas. Foi uma sugestão do presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, para quem a análise profunda do problema brasileiro não pode ser ouvida por um grupo tão pequeno de pessoas. "O governo deve usar o poder de comunicação que tem para explicar em detalhes o que está acontecendo com o Brasil", disse.

Durante mais de três horas, o presidente e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, fizeram uma exposição minuciosa da situação que levou o

país a mergulhar na crise atual. A arrecadação abaixo dos gastos gerais induziu o governo a tomar dinheiro emprestado de investidores estrangeiros para cobrir as despesas. Com a crise internacional, os dólares que estavam no Brasil, ajudando o governo a financiar seus gastos, saíram. Desde que a Rússia anunciou a suspensão do pagamento de sua dívida, em agosto, o Brasil já perdeu cerca de US\$ 29 bilhões de suas reservas.

PREVIDÊNCIA

Os empresários souberam pelo presidente e pelo ministro da Fazenda que as principais causas do desequilíbrio das contas públicas são a Previdência Social e a despesa com pagamento de pessoal. De cada R\$ 3 arrecadados pelo governo, R\$ 2 são usados para pagar o funcionalismo e a Previdência. Sobra apenas R\$ 1 para os gastos com educação, saúde, manutenção dos ministérios e investimento. "Não é possível continuar assim", disse Gouvêa Vieira.

Por isso mesmo, as autoridades confiam na aprovação dos três pontos restantes da Reforma da Previdência no próximo mês. Dessa forma, os gastos do governo com pagamento de aposentadorias e pensões diminuiria já em 1999. Com o mesmo objetivo (baixar os gastos), o conjunto de leis para regulamentar a Reforma Administrativa será enviada ao Congresso para votação imediata. É o que está faltando para governadores e prefeitos enxugarem o quadro de pessoal.

Durante a visita ao Palácio da Alvorada, os empresários souberam

Luís Alvarenga/AJB



Gouvêa Vieira: "O governo deve usar o poder de comunicação que tem para explicar o que está acontecendo com o Brasil"

que o governo pretende enviar ao Congresso ainda em novembro a Reforma Tributária. As autoridades contam com a aprovação da emenda constitucional para o início do próximo ano. "O presidente disse que vai acabar o imposto em casca-

ta, desonerando a produção", disse Gouvêa Vieira. O que foi apresentado aos empresários não é nenhuma novidade. Vários impostos seriam substituídos pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Foi a melhor coisa que ouviram nesse encontro.

Os empresários não perderam a oportunidade de cobrar medidas compensatórias do governo. Alguns mais ousados chegaram a pedir mudanças no câmbio, com uma desvalorização mais acentuada do real, mas não encontraram o me-

nor eco no palácio. De fato, Fernando Henrique Cardoso lembrou algumas medidas adotadas para estimular as vendas de produtos brasileiros no exterior e dificultar a entrada de mercadorias estrangeiras no país. Ele citou as barreiras sanitárias como exemplo do que estava sendo feito.

O encontro com o presidente, onde só serviram café e água, foi pedido pelo presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, há várias semanas. Fernando Henrique julgou oportuno marcar a reunião para o final da noite de domingo, quando as atenções estariam voltadas para a apuração do segundo turno das eleições. Aliás, segundo alguns dos presentes ao encontro, o presidente chegou a ressaltar a vitória da oposição em vários estados importantes do país como motivo adicional para que o apoio às medidas não fosse negado.

"Temos de colaborar e ajudar o Brasil a sair desse impasse", disse Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim. "É mais um sacrifício e espero que o governo entre também com a parte dele." O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, lembrou que se o conjunto de medidas for capaz de restaurar a confiança dos investidores, os juros poderão baixar para o patamar entre 20% e 22% ao ano no início de 1999.

Antônio de Oliveira Santos, da Confederação Nacional do Comércio, cobrou do governo a redução dos gastos e o fim dos desperdícios. "Que tal reduzir as despesas do governo?", perguntou. O grupo de empresários que participou do encontro tinha ainda nomes como o do ex-presidente da Fiesp e deputado federal eleito pelo PFL de São Paulo, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Emílio Odebrecht, Luiz Fernando Furlan (Sadia) e Roberto Bornhausen (Unibanco), entre outros.

■ Participaram Arlete Salvador e Ricardo Leopoldo